

Na sequência da Newsletter Especial (1) e da Newsletter Especial (1.1), publicadas, respetivamente, em 20 e 26 de março, referentes às principais medidas de âmbito excepcional destinadas à prevenção, contenção e tratamento do COVID-19 e a atenuar os efeitos económicos e sociais para as empresas e os cidadãos, vimos atualizá-las com as principais medidas conhecidas desde a última.

MEDIDAS DESTINADAS A ATENUAR OS EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

DECRETO-LEI N.º 10-F/2020, DE 26 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março, estabeleceu um regime excepcional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 10-H/2020, DE 26 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 10-H/2020, de 26 de março, estabeleceu medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 10-I/2020, DE 26 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 26 de março, estabeleceu medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico, em especial quanto aos espetáculos não realizados.

DECRETO-LEI N.º 10-J/2020, DE 26 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, estabeleceu medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

A. MEDIDAS DE NATUREZA LABORAL

DECRETO-LEI N.º 10-G/2020, DE 26 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março, estabeleceu uma medida excepcional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19.

DECRETO-LEI N.º 10-K/2020, DE 26 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 10-K/2020, de 26 de março, estabeleceu um regime excepcional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

B. INCENTIVOS ÀS EMPRESAS

DECRETO-LEI N.º 10-L/2020, DE 26 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, alterou as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento, de forma a permitir a antecipação dos pedidos de pagamento.

PORTARIA N.º 82-B/2020, DE 31 DE MARÇO, DO GABINETE DO MINISTRO DO MAR

A Portaria n.º 82-B/2020, de 31 de março, alterou o Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo no Domínio da Eficiência Energética, Segurança e Seletividade do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental.

MEDIDAS RELATIVAS À PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E TRATAMENTO DO COVID-19

DESPACHO N.º 3889/2020, DE 30 DE MARÇO, DO DIRETOR-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E VETERINÁRIA

O Despacho n.º 3889/2020, de 30 de março, determinou a suspensão temporária, devido ao COVID-19, da Campanha da Raiva até à publicação de novo despacho que determine o seu reinício.

DECRETO N.º 17-A/2020, DE 2 DE ABRIL, DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Decreto n.º 17-A/2020, de 2 de abril, renovou a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

RESOLUÇÃO N.º 22-A/2020, DE 2 DE ABRIL, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Resolução n.º 22-A/2020, de 2 de abril, concedeu autorização para a renovação do estado de emergência.

DECRETO N.º 2-B/2020, DE 2 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril, regulamentou a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

RESOLUÇÃO N.º 18-B/2020, DE 2 DE ABRIL, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 18-B/2020, de 2 de abril, prorrogou os efeitos da declaração de situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da pandemia COVID-19.

DESPACHO N.º 4097-B/2020, DE 2 DE ABRIL, DOS GABINETES DOS MINISTROS DA DEFESA NACIONAL E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS MINISTRAS DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E DA SAÚDE

O Despacho n.º 4097-B/2020, de 2 de abril, determinou as competências de intervenção durante a vigência do estado de emergência, ao Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao Centro Distrital de Segurança Social e à Autoridade de Saúde de âmbito local territorialmente competente, em colaboração com os municípios.

MEDIDAS RELATIVAS A RESTRIÇÕES DE ATIVIDADES ECONÓMICAS, MOBILIDADE E DE TRANSPORTES

DESPACHO N.º 3863-B/2020, DE 27 DE MARÇO, DOS GABINETES DA MINISTRA DE ESTADO E DA PRESIDÊNCIA, DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS MINISTRAS DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE

O Despacho n.º 3863-B/2020, de 27 de março, determinou que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no âmbito do COVID 19.

MEDIDAS RELATIVAS À SAÚDE E À PROTEÇÃO DA FAMÍLIA

PORTARIA N.º 82/2020, DE 29 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Portaria n.º 82/2020, de 29 de março, estabeleceu os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargos dos respetivos profissionais.

DESPACHO N.º 3871/2020, DE 30 DE MARÇO, DOS GABINETES DA MINISTRA DA SAÚDE, DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORÇAMENTO E DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL

O Despacho n.º 3871/2020, de 30 de março, determinou que o Instituto da Segurança Social e as ARS ficam autorizados a celebrar os contratos-programa, para o ano de 2020, previstos no anexo do despacho em causa, e a assumir os compromissos respetivos, com vista a aumentar a capacidade de respostas da RNCCI.

PORTARIA N.º 82-A/2020, DE 30 DE MARÇO, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Portaria n.º 82-A/2020, de 30 de março, procedeu à primeira alteração à Portaria n.º 207-A/2017, de 11 de julho, que estabeleceu, para o território do continente, as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e as normas complementares do apoio a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos da vinificação.

DESPACHO N.º 4024-A/2020, DE 1 DE ABRIL, DOS GABINETES DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA MINISTRA DA SAÚDE E DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS

O Despacho n.º 4024-A/2020, de 1 de abril, adotou medidas de caráter extraordinário, temporário e transitório, de resposta à pandemia COVID-19 no âmbito da atividade de transporte de doentes.

MEDIDAS RELATIVAS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO N.º 4024-B/2020, 1 DE ABRIL, DO GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

O Despacho n.º 4024-B/2020, de 1 de abril, determinou que, até ao termo do período do estado de emergência, a taxa de gestão de resíduos, nos sistemas de gestão de resíduos urbanos, incide sobre a quantidade de resíduos destinados a operações de eliminação e valorização no período homólogo de 2019.

PORTARIA N.º 82-C/2020, DE 31 DE MARÇO, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

A Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, criou uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excepcional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduziu um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições.